

CLIPPING IMPRESSO

18/03/2022



INDICE

1. FOLHA DE SÃO PAULO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DESEMBARGADOR.....	2 - 4
2.2. INSTITUCIONAL.....	5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DESEMBARGADOR.....	6

Tribunais opacos

Omissão de 60 mil contracheques em portal do CNJ mostra que transparência ainda precisa avançar

Nada menos que 60.179 contracheques de juízes e desembargadores foram omitidos do painel de transparência criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para divulgar a remuneração dos magistrados brasileiros, mostra levantamento da Transparência Brasil.

A cifra dá o que pensar. Estarão esses magistrados escondendo alguma coisa? Pensam que estão acima do princípio constitucional da publicidade? Imaginam que as regras valem para os outros servidores, mas não para eles?

É possível que as respostas sejam “sim” para todas as perguntas, mas não se deve descartar uma explicação mezinha: boa parte dos Tribunais de Justiça, a quem cabe alimentar o sistema do CNJ, ainda não absorveu por completo a cultura da transparência que a muito custo avança no país.

As lacunas no sistema criado pelo CNJ em 2017 atingem os dados de 15 TJs. Alguns apresentam problemas em um mês, enquanto outros são relapsos por mais de um ano. Em qualquer caso, estão descumprindo uma obrigação estabelecida pelo órgão de planejamento e controle do Judiciário.

Procurados pela reportagem, a maioria dos TJs deu explicações que sugerem ignorância ou erro

procedimental, mais do que má-fé. Ainda bem, porque fica mais fácil para o CNJ cobrar dos responsáveis a pronta correção das falhas.

Esse é o único modo de afastar por completo suspeitas de que alguns tribunais possam driblar o dever de casa a fim de camuflar alguma farra com o dinheiro público.

São conhecidos os exageros, quando não abusos, que se permitem muitos membros do Poder Judiciário. Em 2020, por exemplo, 449 magistrados federais receberam pagamentos superiores a R\$ 200 mil num único mês.

O CNJ poderia aproveitar o ensejo para aperfeiçoar o seu painel de divulgação das remunerações. A ferramenta, um inequívoco avanço em termos de transparência, impõe algumas dificuldades a quem se dispõe a utilizá-la para fiscalizar o poder público.

A própria Transparência Brasil, em seu relatório, oferece sugestões que, se adotadas, trariam ganhos imediatos para a sociedade.

Quanto mais o painel do CNJ permitir análises do conjunto de informações, mais será possível descobrir eventuais ilegalidades ou imoralidades porventura praticadas pelos tribunais — e mais o contribuinte poderá conhecer o que se faz com os seus impostos.

Advogados se movimentam por cargo de desembargador no TJ-MA

Aprovada nesta quarta-feira (16) por ampla maioria da cúpula do Tribunal de Justiça do Maranhão, a criação de novo cargo de desembargador da Corte para vaga reservada ao quinto constitucional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) já provoca intensa movimentação de advogados maranhenses.

Além de uma vaga reservada aos causídicos, a proposta cria ainda outras cinco aos magistrados de carreira e uma outra para os membros do Ministério Público.

Entre os advogados que já se articulam pelo cargo, têm se movimentado com maior influência para a escolha ao menos oito: Marco Braid, Gustavo Vilas Boas, Gustavo Sauáia, Daniel Leite, Poliana Freire, Bruno Duailibe, Rodrigo Maia e Marcelo Everton (filho do desembargador do TJ-MA Marcelino Everton).

A proposta ainda precisa ser aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado para formação de lista sêxtupla pela Seccional maranhense da Ordem.

Os advogados que estão se movimentando pela vaga atuam no ramo civilista, empresarial, eleitoral e previdenciário. Também trabalham com prefeituras no âmbito do direito administrativo municipal.



TJ MARANHÃO TERÁ CORTE INCHADA COM MAIS SEIS DESEMBARGADORES

FAMÍLIA '171'

DESEMBARGADORES DO MARANHÃO VIRAM ALVOS DE GOLPISTAS DE GOIÁS

A Polícia Civil do Maranhão prendeu em Goiânia (GO) um casal de criminosos que usava perfis falsos no celular com fotos dos desembargadores Lourival Serejo e Paulo Velten – respectivamente, presidente e corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão – para pedir dinheiro a prefeitos, ex-prefeitos e secretários municipais maranhenses. O filho do casal também participava dos golpes.
PÁGINA 8



PERFIS FALSOS DE LOURIVAL SEREJO E PAULO VELTEN ERAM USADOS POR CASAL E FILHO PARA TIRAR DINHEIRO DE PREFEITOS E OUTROS POLÍTICOS

Desembargadores do Maranhão viram alvos de **golpistas** de Goiás

PAI, MÃE E FILHO BANDIDOS, DE GOIÁS, USAVAM NOMES DE LOURIVAL SEREJO E PAULO VELTEN PARA DAR GOLPES

A Polícia Civil do Maranhão prendeu em Goiânia (GO) um casal de criminosos que usavam perfis falsos com fotos dos desembargadores Lourival Serejo e Paulo Velten – respectivamente, presidente e corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão – para pedir dinheiro a prefeitos, ex-prefeitos e secretários municipais maranhenses.

Uma terceira pessoa, segundo declarou Serejo durante sessão plenária no TJ-MA, que seria filho do casal, também teria participação no esquema, mas ele não foi encontrado.

Durante a ação, batizada de “Anonymous” e que contou com auxílio da Polícia Civil de Goiás e da Segurança Institucional e Gabinete Militar do TJ-Maranhão, foram apreendidos diversos aparelhos celulares, cartões bancários e uma lista com nomes e contatos de diversos gestores municipais do estado.

A relação, porém, não foi



PERFIS FALSOS DE LOURIVAL SEREJO E PAULO VELTEN ERAM USADOS PELOS BANDIDOS PARA TIRAR DINHEIRO DE PREFEITOS E OUTROS POLÍTICOS

divulgada pela Polícia Civil maranhense.

T a m b é m n ã o h á informações sobre quantas e quais pessoas caíram no golpe nem o valor do dinheiro angariado por meio do ilícito.

Somente a investigação que culminou na operação durou mais de três meses.

“Encontraram lá no bunker deles quatro celulares com a minha foto. Um dos bandidos disse que já tinha passado

14 anos na prisão, então diz que tinha aprendido toda essa ‘expertise’ na prisão. Eles se surpreenderam com a facilidade no Maranhão, que para eles estava um campo bom de ação, estavam ‘trabalhando’ e auferindo lucros. (...) Eles disseram que foi ótimo o Maranhão para eles”, declarou Lourival Serejo aos demais desembargadores do pleno.

O golpe consistia em envio de mensagens com os perfis fakes dos desembargadores, mas com os criminosos se passando por promotores de Justiça, solicitando quantia em dinheiro para custear a realização de determinados serviços do Judiciário nas comarcas do interior do estado.

Uma ramificação da associação criminosa, ainda segundo as investigações, atuava no município de Santa Inês, onde foram cumpridos mandados de busca e apreensão.

MPMA realiza palestras em alusão ao mês da mulher

O Ministério Público do Maranhão realizou palestras em alusão ao mês da mulher em municípios da Região Tocantina. As atividades iniciaram na segunda-feira, 14, em Açailândia e Imperatriz (manhã e tarde, respectivamente). O encerramento será nesta terça, 15, em Balsas.

A iniciativa resulta de uma parceria do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (Caop-Mulher), Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), Promotorias de Justiça de Açailândia, Imperatriz e Balsas. As palestras são abertas ao público em geral.

Na segunda pela manhã, a palestra sobre violência doméstica foi proferida pela coordenadora do Caop-Mulher, Sandra Fagundes Garcia, acompanhada do promotor de justiça de Açailândia, Guilherme Fajardo, e da defensora pública Adriana Esteves. A atividade foi realizada no auditório do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

Na ocasião, foi assinado o Protocolo de Intenções no qual todos os órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher assumiram o compromisso de adotar políticas públicas para fortalecer a defesa da mulher.

Compõem a Rede o

Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Municipal da Mulher e Centro de Referência e Atendimento à Mulher (Cram).

Durante a sua exposição, a coordenadora do CAOp-Mulher, Sandra Garcia, destacou a importância do trabalho em parceria de todos os órgãos e instituições do sistema de justiça e de segurança para o enfrentamento à violência de gênero. "Aqui, na Rede, as diferenças de atribuição de todos os envolvidos desaparecem. Estamos todos em um mesmo patamar em busca de um objetivo único: enfrentar a violência de gênero", declarou.

A diretora da ESMP, promotora de justiça Karla Adriana Farias Vieira, lamentou os dados negativos registrados no Brasil, referentes à violência contra a mulher, durante o período da pandemia. "Não temos muito o que celebrar. A data 8 de março nunca significou tanto como um dia de luta quanto neste ano de 2022, porque nos últimos dois anos foram registrados aproximadamente 2.500 feminicídios e mais de 100 mil casos de estupro de meninas e mulheres no país. Isto significa que é importantíssima a nossa organização em rede", enfatizou..



Empregão de toga

As sete vagas de desembargador, criadas para o Tribunal de Justiça do Maranhão só precisam de aprovação da Assembleia Legislativa. No entanto, um sem numero de juízes, membros da OAB e do MP, com direito às vagas, já se movimentam pelo gordo empregão vitalício.